

JORNALISMO ECONÔMICO

HISTÓRIA, LINGUAGEM E PODER

Ailton Alex Contin¹

O Jornalismo Econômico é o espaço no qual particularmente uma das esferas do desenvolvimento é debatida. Contudo, no caso brasileiro, com um olhar mais atento nas notícias e na forma como elas são – ou não são – veiculadas para a população, é possível afirmar que este jornalismo, que se propõe plural e democrático, possui uma grande falha em sua *praxis*. No lugar de informar, o Jornalismo Econômico manipula a informação e exclui as massas do debate. Por meio de uma linguagem técnica conhecida como *economês*, a mensagem é emitida por especialistas e decodificada apenas por eles, e não pela população leiga “não iniciada” nas Ciências Econômicas.

Capa da revista *Carta Capital*, edição nº 78, 22 de julho de 1998.

“Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”². Adotando essa afirmação de Sodré como pressuposto, este artigo, em suas primeiras partes, apresenta um breve histórico do Jornalismo Econômico no Brasil, lançando um olhar sobre as relações que existem entre Mídia e Economia, considerando a linguagem e as relações de poder que estão por trás da suposta imparcialidade e do discurso elitista. O cenário econômico brasileiro e o internacional das décadas de 1980 e 1990 serão apresentados a fim de constituir breve contextualização para a compreensão da privatização das estatais brasileiras no Brasil neoliberal do final do século XX. Por fim, são analisadas as revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época*, especificamente as notícias sobre a desestatização da Telebras, adotando como foco principal a forma como foi (ou não) tratada a questão dos trabalhadores do setor ante a venda do sistema para o capital privado e internacional.

Jornalismo econômico, a serviço de quem?

Por vezes, a história do Jornalismo Econômico é ligada diretamente ao período da ditadura militar, quando o Jornalismo Político perde espaço em razão do cerceamento da livre opinião pelo regime autoritário instaurado em 1964, e ganha destaque nas páginas da imprensa o crescimento do Produto Interno Bruto registrado ao longo dos anos do “Milagre Econômico”. Esta visão, porém, desconsidera jornais pioneiros no Brasil que apresentavam visões econômicas antes do referido período.

Jornais do século XIX já tratavam de assuntos econômicos. Apesar de não terem foco exclusivo em Economia, impressos do período imperial brasileiro, como a *Gazeta do Rio*, o *Correio Braziliense*, a *Aurora Fluminense* e o *Jornal do Commercio*, já defendiam o liberalismo e a modernidade política no Brasil no início daquele século³. O discurso, mais doutrinário que informativo, propagava os ideais e anseios da elite tupiniquim, alinhados com o caráter mercantilista da economia brasileira nos primeiros anos de sua independência. O jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, por exemplo, uma publicação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional criada no início de 1833, se propunha a analisar o cenário político e econômico nacional e dava publicidade às novas ideias como as do economista Jean Baptiste Say, hoje conhecido pela lei que leva seu nome e versa sobre a Demanda e a Oferta.

Além disso, o discurso dava voz aos desejos daqueles que comandavam o capital no século XIX: os cafeicultores. Num texto com o título “Memória sobre a necessidade que há de estradas no Brasil e algumas ideias sobre o método de fazer as mesmas”, o jornal exprimia os sonhos dos senhores de terras

do Brasil “com um país mais próspero, cortado de bons canais, de estradas que permitissem o escoamento da produção, do café como destaque”⁴.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil transitava, de forma lenta, para a industrialização, para o regime de trabalho assalariado, que substituiria a escravidão, e movimentos a favor do republicanismo. A partir da organização política de oligarcas rurais, principalmente os do setor cafeeiro de São Paulo, na fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) é que surge o jornal *A Província de São Paulo*, em 1875, futuro *O Estado de S. Paulo*⁵. Inicialmente, o jornal foi criado para defender os interesses específicos dos cafeeiros neste momento de mudança e acumulação de capitais vindos do café para o surgimento da indústria paulista. A origem do *Estado* é tão intimamente ligada a esse movimento da estrutura político-econômica de São Paulo que Sodré se refere a ele como o “esboço da imprensa industrial”⁶.

A transição do escravismo para o trabalho assalariado e a forte onda de imigração para o Brasil também abriu espaço para a criação de outros jornais, editados em português e outros idiomas, focados no mercado de trabalho. Exemplos são os jornais *O Proletário*, de 1874, lançado em Recife; o paulista *O Trabalho*, de 1876; o *La Giustizia*, de 1879, em italiano; e *A Voz do Trabalhador*, de 1908, que centraliza as discussões sobre o proletariado e toma o espaço da maioria dos jornais surgidos no final do século XIX⁷.

Junto deste movimento de publicações com linguagem mais leve e não focado na elite econômica e intelectual como o *Estado*, surge o vespertino *Folha da Noite*, em 1921. O jornal, que dará origem à *Folha de S. Paulo*, ocupa uma posição de um jornal popular, se coloca ao lado do proletariado contra os capitalistas numa época de fortes movimentos trabalhistas. “O jornal abraçava causas caras a esse público, até mesmo posicionando-se a favor das greves e cobrando dos empresários, como o ‘sr. Conde Matarazzo’, a obediência a leis trabalhistas em sua fábrica”⁸.

Os jornais brasileiros seguem ampliando as informações econômicas. “Nos primeiros anos do século XX, os jornais passaram a publicar (o que fazem até hoje) seções de mercados, em página inteira, com informações sobre cotação de abertura e fechamento dos mercados dos principais produtos agrícolas, do ouro e da prata, por exemplo”⁹. Um jornal com estas características foi a *Gazeta Mercantil*, fundada em 1920. Nas suas primeiras cinco décadas de existência, a *Gazeta* “não passava de um modesto boletim de cotações”¹⁰, mas que exercerá forte influência durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Ela fora lançada pelo italiano José Francescni em 3 de abril de 1920 como uma publicação da Agência Comercial e Financeira, criada também por ele para vender notícias sobre a movimentação de mercadorias na cidade de São Paulo. Anos após o lançamento, a publicação foi assumida por Hebert

Victor Levy, que na década de 1950 acumulava as funções de deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e diretor-responsável da *Gazeta Mercantil Industrial e Financeira*.

Embora o jornalismo econômico acompanhe o desenvolvimento capitalista brasileiro com novos suplementos especializados e colunas opinativas, é com a ditadura militar que ele se fortalece. Há duas razões principais para isso: 1) o cerceamento da opinião política na imprensa com a censura instaurada pelos Artigos Institucionais, em especial o AI-5, de 1968; e 2) o fenômeno conhecido como o “Milagre Econômico”, que ocorrera entre 1968 e 1973, caracterizado por forte crescimento devido às políticas adotadas pelos governos militares que se alternaram no poder neste período. Foi uma fase de crescimento com baixa inflação e forte endividamento externo do Estado para custear a industrialização pesada da época. As consequências dessas medidas foram, contudo, sentidas na década de 1980, quando o país passou por uma crise inflacionária.

O novo noticiário econômico [contudo] não tratará de questões polêmicas. Abordará numa direção positiva grandes operações financeiras internas ou externas, insistirá na abertura de capitais por empresas tradicionais, em novas linhas de produção industrial, ou questões ligadas à agropecuária, avançando em discussões meramente acadêmicas de categorias simbólicas da ciência economia como o comportamento dos agregados macroeconômicos, tipo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a composição do Balanço de Pagamentos, da Balança Comercial ou das Contas Correntes; discussão sobre fórmulas de análise dos componentes inflacionários; fluxo dos meios de pagamento, dos investimentos globais; discutirá o déficit público, o *open Market* e até mesmo práticas econômicas desconhecidas no Brasil. Dedicará ainda uma boa parte do seu espaço editorial a debater anos seguidos quem e o que seriam as correntes do pensamento econômico contemporâneo: se “estruturalistas”, “monetaristas” ou “pós-keynesianos”.¹¹

A imprensa econômica brasileira fica ainda mais especializada depois da redemocratização em 1985. “Isso era necessário para que o público entendesse a complexidade das questões envolvidas nas tentativas de proceder à estabilização da moeda; entender como e por que o Brasil tinha quebrado, nos idos de 1981”¹². Neste período, foram motivadores do crescimento do jornalismo de serviço: a alta do petróleo, as greves operárias, a recessão dos anos 1980 e as altas dos preços. “A inflação alimenta o jornalismo de serviços voltado aos problemas econômicos e financeiros de seus leitores de classe média, tais como

prestações da casa própria, aplicações em poupança, impostos e taxas escolares, custo de vida e defesa do consumidor”¹³. Apesar destes temas, ainda pouco se discute o modelo econômico do país e seu atrelamento à política e menos ainda se apresenta informações de fácil entendimento pelos trabalhadores.

O jornalismo econômico consegue, portanto, ser uma prova do que Sodré afirmara. Para cada “novidade” na economia brasileira, como a indústria e o mercado financeiro, as empresas de comunicação disponibilizavam novos produtos na forma de páginas com preços de produtos que entravam nos portos do Brasil Imperial, suplementos para incentivar e clamar pelo desenvolvimento da indústria, quadros de movimentações das ações nas bolsas de valores nacionais e internacionais, anuários com indicadores, entre tantos outros produtos que são conhecidos atualmente.

Economês e a exclusão dos leitores leigos

Embora tenha ganhado maior evidência durante a ditadura militar e expandido sua gama de especialidades com a volta da democracia, outro movimento surge no Jornalismo Econômico a partir da década de 1970. Ao mesmo tempo em que discutia as questões da poupança e da casa própria, as notícias sobre economia excluíam e continuam a excluir a grande massa de leitores por meio de sua linguagem particular: o *economês*.

Segundo Basile, a dinâmica da economia, junto das liberdades cerceadas da imprensa e da população durante a ditadura militar, deu origem ao *economês*: “Quando perguntados a respeito de quaisquer dúvidas que suas decisões possam suscitar, essas autoridades [ministros da Fazenda entrevistados naquele período] esgrimem com grande desenvoltura argumentos técnicos incompreensíveis à maioria dos mortais”¹⁴. Esses argumentos eram, no entanto, repassados aos leitores sem nenhuma interpretação sob a forma de um “discurso ritualizado nas teorias e práticas da análise de Economia, que se expressa numa linguagem eivada de *categorias* e *conceitos* econômicos”¹⁵. Esse discurso ainda sustenta neologismos, palavras estrangeiras, siglas, índices e jargões que acabam por não só deixar a mensagem mais nebulosa como também contribuem para uma dissimulação da realidade.

Esse quase-socioleto está caracterizado pelo uso de dezenas de palavras que pouco ou nada significam para o público leitor e que, por isso, tornam também a leitura do texto de Economia excessivamente hermética e elitista. Entre essas palavras do cotidiano do Jornalismo Econômico estão: insumo, modal, retaliação, insolvência, lucratividade, mutuário, debênture, flutuação, subscrição, sobretaxa, pressão altista, franquia, realimentação, redesconto, meios

de pagamento, liquidez, fluxo, ciclo econômico, inflação de demanda, inflação de custo, estaginflação, credor, mercado de capitais, dívida pública, *déficit* público, investimento de capital, *superávit*, ações, acionistas, bônus, bonificação, dólar, dolarização, indexação, correção monetária, correção cambial, base monetária, expurgo, e dezenas de outras expressões e categorias econômicas.¹⁶

O economês brasileiro, sendo ou não filho da ditadura militar, merece atenção especial. A linguagem técnica e seus jargões, identificada nas décadas de 1960 e 1970, é ainda presente nas notícias de Economia. Textos de outras editorias, como Política, também apresentam essa característica quando assuntos econômicos assumem um papel secundário – em denúncias de irregularidades orçamentárias, por exemplo. Notícias e artigos opinativos são escritos para serem compreendidos apenas por aqueles “iniciados” nas Ciências Econômicas e não mostram preocupação com o público leitor leigo. Assuntos como inflação e reajustes salariais não são apresentados para a classe trabalhadora e consumidora, mas sim para os grandes patrões, tornando o texto enfadonho para quem mais é afetado pelas decisões da classe capitalista ou em benefício dela. Além de estas notícias não serem apresentadas de forma acessível à classe trabalhadora e leiga, deixou-se de discutir temas de seu interesse com a profundidade, a problematização e a contextualização que permitiriam uma melhor visão de mundo sobre a realidade nacional e internacional. Sendo assim,

A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população. [...] A linguagem usada e o quadro de referências dado como implícito constituem um verdadeiro filtro da comunicação de informações.¹⁷

O discurso praticado pelo Jornalismo Econômico adquire, portanto, um caráter elitista e com forte poder excludente da massa. Fundamentados em suas próprias ideologias, são eleitos especialistas para transmitir suas visões de mundo a outros especialistas, e não para o cidadão trabalhador com Ensino Médio completo e que não teve a oportunidade de frequentar um curso superior, por exemplo. A comunicação aqui não é geral e muito menos plural, ela não atinge de forma homogênea os leitores porque gera problemas de interpretação nos receptores leigos das mensagens. O jornalista, ao se valer de fontes para explicar fenômenos econômicos, muitas vezes reproduz as falas de especialistas e não as interpretam e/ou contextualizam em seus textos a ponto de torná-los de fácil entendimento. Em textos opinativos, como em colunas e artigos, o economês se torna ainda mais presente.

Estas características do discurso econômico da imprensa permitem aproximá-lo do discurso competente, no conceito de Marilena Chauí. O cenário é de especialistas “competentes” eleitos pela sociedade para monologar com leitores “incompetentes” a respeito de fatos econômicos. Invalidado como ser social e político, o sujeito recebe as notícias prontas para serem aceitas com opiniões embutidas e verdades impostas pelo veículo de comunicação. A estes leitores não são dadas oportunidades de assumirem seu papel cidadão por meio da leitura crítica das notícias. O senso crítico é impedido logo no início da comunicação por meio da estratégia elitista de exclusão. É imposta a aceitação do discurso como verdade incontestável, por vezes “objetiva e imparcial”, ideários do jornalismo de massas.

Esse discurso competente não exige uma submissão qualquer, mas algo profundo e sinistro: exige a interiorização de suas regras, pois aquele que não as interiorizar corre o risco de ver-se a si mesmo como incompetente, anormal, a-social, como detrito e lixo. Estamos de volta ao Discurso do Método, porém não mais como projeto de dominação da natureza (pois, de há muito, a sociedade burguesa já se encarregou dessa tarefa), e sim como exigência de interiorizar regras que nos assegurem que somos competentes para viver.¹⁸

Sem as interpretações críticas das notícias, a interiorização do discurso é garantida e se mostra como verdade incontestável, mas, na verdade, não interpretável. Essa discussão está relacionada, ainda, com o saber e o poder. Segundo Foucault, cada sociedade tem seu regime de verdade. O autor entende verdade como o conjunto de regras que definem e distinguem o verdadeiro do falso. Esse regime é a “política geral” da verdade, ou seja, os tipos de discursos, técnicas e procedimentos que são valorizados para se obter a verdade, mecanismos e instâncias para definir a verdade e os estatutos que dão o encargo àqueles que definem o que é verdadeiro.

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão, no corpo social, é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército,

escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).¹⁹

Portanto, a verdade é ligada a sistemas de poder que produzem, apoiam e mantêm um “regime da verdade”. O poder só se mantém porque não se limita à repressão, “ele [também] permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”²⁰. Por trás deste discurso elitista e excludente e da instauração de verdades, o Jornalismo Econômico – assim como as demais vertentes desta área de conhecimento que se valem das mesmas estratégias e características –, o poder se expressa por meio da serventia da linguagem a interesses específicos.

[...] entre outras funções, a mídia serve aos – bem como propagandeia em nome de – poderosos interesses sociais que a controlam e financiam. Os representantes desses interesses têm agendas e princípios importantes que desejam seguir e estão bem posicionados para formular e restringir as políticas da mídia. Isso, em geral, não é realizado por intervenção bruta, mas pela seleção de pessoal com pensamento similar e pela internalização das prioridades e definições por parte de editores e jornalistas daquilo que é digno de ser noticiado, isto é, que está de acordo com a política da instituição.²¹

Desta forma, o discurso de jornais pode ser visto como uma imposição da elite à classe trabalhadora (ou à massa) para garantir e manter o controle dos meios de produção. Assume, portanto, também a forma de um discurso ideológico. Ao restringir uma parcela da população à interpretação clara de informações, esse tipo de discurso nega argumentos para questionar o sistema e reforça uma alienação que se transforma em militância pelas causas do outro, não pela própria. Aqui, portanto, a ideologia é adotada como uma forma específica do imaginário social moderno, ou seja, uma maneira que os agentes sociais usam para representar para si mesmos seu aparecer social, econômico e político de uma forma que essa aparência é o ocultamento ou a dissimulação do real. Nesta lógica, o discurso ideológico é:

[...] aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido.²²

A eficácia da ideologia está no fato de ser capaz de assegurar uma posição que possa neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar tentativas de interrogação. Ademais, ideologia se diferencia de saber. Neste, as ideias são frutos de um trabalho, enquanto, na ideologia, são ideias instituídas, como o neoliberalismo.

O instrumento dessa neutralização e desarmamento da interrogação é, portanto, a mídia. Esta como “espelhos deformantes”²³ que mostram cada um o seu estereótipo de mundo em fragmentos ampliados e simplificados. E estes espelhos deformantes são aceitos socialmente porque a sociedade atribui às mídias a posição de informadora, com representatividade de porta-voz perante esse grupo e o grau de engajamento desejado por ela. Sendo assim, o informador adquire *status* de notoriedade, como uma testemunha, e um organismo especializado para aquela ação, reforçando, portanto, o papel do discurso competente do jornalismo, em especial no Jornalismo Econômico e seu economês.

A questão das privatizações

Amostras da forma como a imprensa serviu de instrumento de uma classe capitalista para influenciar a grande massa brasileira a favor de seus ideais e de sua ideologia são as privatizações que ocorreram entre o final da década de 1980 e início da de 1990. Se o Jornalismo Econômico fez escola durante a ditadura militar, foi nesse período que a imprensa mostrou o que havia aprendido para propagar o ideário do neoliberalismo e sua promessa de modernização do Brasil.

Foi decisivo o jornalismo como linha auxiliar na campanha neoliberal dos anos [19]90 pelo desmonte do Estado social-democrata, na sedução dos jovens ao ideal do sucesso pessoal, na disseminação da nova utopia das classes médias: a de possuir o próprio negócio. O jornalismo econômico, veículo por excelência dessa nova ideologia, tornou-se o principal agendador do debate político. Assim, a disfunção de sua linguagem talvez tenha uma função ideológica. Um jornalismo que não se propõe a explicar, e sim a seduzir.²⁴

Após o período do Milagre Econômico, a Economia conviveu durante anos com o descontrole da inflação, e a população assistiu a vários planos econômicos que se esforçavam para conter as elevações dos preços. A “reorganização do Estado” para adequação com a última moda econômica em voga (senão imposta) internacionalmente, contudo, contou não apenas com mudanças da moeda e abertura comercial e financeira para o exterior, mas também com as privatizações de estatais como o Sistema Telebras, a Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ao longo da década de 1990.

No cenário internacional, a década de 1980 foi marcada pela especulação contra o dólar e os efeitos da inflação norte-americana que aumentaram, entre outros motivos, pelos choques do petróleo (1973 e mais uma vez em 1979) e pela forte desindustrialização dos Estados Unidos após suas indústrias optarem por internacionalizar a produção exportando plantas para países asiáticos e latino-americanos, o que aumentou o desemprego do país. Para enfrentar a inflação, o presidente do Banco Central dos Estados Unidos (FED), Paul Volker, aumentou as taxas de juros naquele país, provocando um movimento forte de volta dos dólares espalhados pelo mundo para os Estados Unidos. A consequência para o Brasil, da medida adotada por Volker, foi o choque de juros das dívidas. As dívidas contraídas com o exterior aumentaram além das condições que o país tinha para pagá-las.

Depois de 50 anos, chamados de “gloriosos”, nos quais operava o Sistema Bretton Woods marcado, entre outros pontos, pela intervenção do Estado na economia, a política econômica voltou a ser liderada pelo ideal de que o mercado não poderia encontrar barreiras alfandegárias ou tarifárias (protecionismos praticados até então) para gerar um crescimento baseado na competitividade entre as empresas. Até então, vigoravam os controles dos governos nacionais dos investimentos produtivos, das entradas e saídas de capitais, das taxas de câmbio e, principalmente, das políticas de bem-estar, dada a situação social e o fortalecimento de sindicatos na Europa e nos Estados Unidos²⁵.

Entre 1930 e 1980, o Brasil adotava o sistema de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), estratégia que restringia a entrada de alguns bens do exterior para estimular o desenvolvimento da indústria nacional. A década de 1980, contudo, marca uma mudança no ciclo econômico brasileiro e no dinamismo da moderna industrialização que vinha ocorrendo desde os anos 1930, e em particular a partir de 1950. No que se refere ao investimento, a década é marcada por profunda incerteza e ausência de um padrão de crescimento sustentado. “A drástica redução do crescimento, a estagnação do produto *per capita*, a regressão do investimento e a transferência de recursos reais ao exterior são, assim, os pontos de destaque numa caracterização da década de 1980”²⁶. A questão primordial nos anos 1980 era o pagamento da dívida externa. A geração de recursos reais para serem transferidos ao exterior visava aumentar a produção de bens exportáveis com a finalidade de gerar divisas, ou seja, saldos positivos no comércio com outros países e, com isso, aumentar as reservas para pagar os juros da dívida externa.

A venda do Estado

Este é o cenário que antecede e abre espaço para as privatizações das empresas estatais brasileiras. Desta forma, as desestatizações não podem ser

interpretadas como simples vendas do patrimônio público isoladas apenas na década de 1990.

Para o Brasil, essa parte específica do ideário neoliberal foi especialmente vendida por meio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1991, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial, publicou o segundo de uma série de três relatórios sobre o desenvolvimento da economia mundial. No prefácio da publicação, o então presidente da instituição, Barber B. Conable, diz que a década de 1990 se iniciava com drásticas mudanças, se referindo a “ambiciosas reformas nos sistemas econômicos e políticos”²⁷. Por meio de experiências históricas de formuladores de políticas públicas, o relatório buscava demonstrar ser positiva a simbiose entre Estado e mercado, em especial quando este é beneficiado por aquele para seu bom funcionamento. Quatro aspectos principais do relacionamento entre governo e mercado são listados por Conable e discutidos ao longo do relatório:

Primeiro, o investimento na população requer atuação pública eficiente. Em geral, os mercados não são capazes, por si sós, de garantir que as pessoas, especialmente as mais pobres, disponham adequadamente de educação, atendimento médico, nutrição e acesso ao planejamento familiar. Segundo, é essencial ao êxito das empresas um contexto que lhes seja favorável – no qual se incluam concorrência, boa infraestrutura e instituições. Concorrência estimula inovação, difusão de tecnologia e uso eficiente de recursos. Terceiro, para o desenvolvimento econômico ter sucesso, os países precisam estar integrados à economia global. A abertura aos intercâmbios internacionais de bens, serviços, capital, mão de obra, tecnologia e ideias estimula o crescimento econômico. Quarto, uma base macroeconômica estável é essencial ao progresso sustentado. Restaurar a confiança do setor privado é hoje um grande desafio para vários países com um longo histórico de instabilidade macroeconômica.²⁸

A capacidade de gerir o desenvolvimento econômico do Estado é substituída por algumas atribuições específicas. São elas: definir e proteger os direitos de propriedade; oferecer sistemas jurídicos, judiciais e normativos eficazes; aumentar a eficiência dos serviços públicos; e proteger o meio ambiente. Nestas atribuições, também estavam, por exemplo, facilitar a abertura econômica, uma vez que ela representava novas possibilidades de acesso às tecnologias, e não ter gastos excessivos para manter um cenário macroeconômico favorável ao mercado e é aí que a redução destes gastos engloba as privatizações:

O governo pode manter uma política fiscal prudente se examinar cuidadosamente a divisão de tarefas entre o Estado e o setor privado. Isso, como afirma o Relatório, é desejável em qualquer caso. Reavaliando suas prioridades de gastos, implementando reformas fiscais, reformando o setor financeiro, privatizando as empresas estatais e lançando mão de tarifas para reaver o custo de certos serviços prestados pelo Estado, os governos podem alcançar, ao mesmo tempo, os objetivos de eficiência microeconômica e estabilidade macroeconômica.²⁹

Além disso, o documento aborda um “círculo vicioso de intervenções nocivas que favorecem interesses particulares e levam à busca de lucros financeiros e à “captura” do Estado”³⁰.

A reforma deve visar às instituições. O estabelecimento de um sistema jurídico e judiciário eficaz e um firme sistema de direitos de propriedade é um complemento essencial às reformas econômicas. A reforma do setor público é uma prioridade em muitos países – inclusive a reforma do serviço público, a racionalização dos gastos governamentais, a reforma de empresas estatais e a privatização. Entre outras reformas econômicas correlatas, estão um melhor fornecimento de bens públicos, supervisão bancária e normas jurídicas para o desenvolvimento financeiro. O reforço dessas instituições melhora a qualidade do governo, torna o Estado mais capaz de implementar a política do desenvolvimento e permite à sociedade estabelecer controles e contramedidas.³¹

A partir das recomendações internacionais, o processo de desestatização foi iniciado no Brasil no final da década de 1980 e intensificado na de 1990. As justificativas para as privatizações, defendida pelo governo, iam desde “ineficiência das empresas públicas, destacada pela baixa qualidade dos serviços e/ou pela existência de déficit financeiro nas empresas estatais” até “diminuição da capacidade estatal em fazer os investimentos necessários à manutenção e da ampliação dos serviços e atualização tecnológica das empresas”; “necessidade de gerar receitas para abater a elevada dívida estatal” e “mudança no quadro tecnológico e financeiro internacional”³².

Em 1991, é criado o Programa Nacional de Desestatização (PND). Apesar de no final da década de 1980 terem sido privatizadas 39 empresas de diversos setores, sendo a principal delas a Aracruz Celulose, e uma arrecadação de 735 milhões de dólares, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que este processo foi mais voraz para a economia e para a crítica brasileira. A justificativa no governo de FHC “foi o atendimento das áreas sociais, inicialmente, mas aos poucos a redução da dívida pública passou a ser apresentada como

questão central³³. O governo privatizou empresas do setor de serviços, principalmente da área de telecomunicações e energia, além da Vale do Rio Doce.

Desde o começo do PND, em 1991, até 1999, foram privatizadas 64 empresas estatais. Destas, 18 foram no governo Collor; 15 no governo de Itamar Franco e o restante (31 empresas) durante a era FHC³⁴. Considerando o período entre 1995 a novembro de 2000, foram privatizadas 40 empresas, sendo sete concessionárias de serviços públicos.

Na imprensa, poucos se opunham à privatização. Entre a oposição, estava o jornalista Aloysio Biondi, da *Gazeta Mercantil*, que apontava os riscos para o país ao beneficiarem o capital estrangeiro em detrimento dos empresários brasileiros. Este processo de privatização contou com a conivência da grande imprensa com a política do PND continuada e reforçada por FHC. Segundo Biondi³⁵, os favorecimentos a empresários se deram tanto na venda das empresas de telecomunicações como dos bancos e da siderurgia. O primeiro setor recebeu investimentos do governo federal no valor de 21 bilhões de reais dois anos e meio antes que as estatais fossem vendidas por 8,8 bilhões de reais; no segundo, o Banco do Estado do Rio de Janeiro obteve empréstimo de 3,3 bilhões de reais para pagamento de direitos trabalhistas antes da venda por 330 milhões de reais. Por fim, na compra da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), foram usados 1,01 bilhões de reais em moedas podres, de um total da venda de 1,05 bilhão de reais, e essas moedas ainda foram financiadas em 12 anos pelo governo brasileiro, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Sem sombra de dúvida, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do “esgotamento dos recursos do Estado”. Mais ainda: a sociedade brasileira perdeu completamente a noção – se é que a tinha – de que as estatais não são empresas de propriedade do “governo”, que pode dispor delas a seu bel-prazer. Esqueceu-se de que o Estado é mero “gerente” dos bens, do patrimônio da sociedade, isto é, que as estatais sempre pertenceram a cada cidadão, portanto, a todos os cidadãos, e não ao governo federal ou estadual. Essa falta de consciência coletiva, reforçada pelos meios de comunicação, repita-se, explica a indiferença com que a opinião pública viu o governo doar por 10 o que valia 100. Um “negócio da China” que, em sua vida particular, nenhum trabalhador, empresário, nenhuma família de classe média ou o povão aceitariam³⁶.

Outra contribuição sobre o processo de privatização promovido durante o governo de FHC é dada por Ribeiro Jr. O autor pesquisa documentos

de cartórios, bancos nacionais e estrangeiros e de empresas de consultorias, para mostrar como foram feitos desvios de verbas das privatizações para contas bancárias em paraísos fiscais.

São operações realizadas pelo clã Serra – sua filha Verônica Serra, seu genro Alexandre Bourgeois, seu primo político Gregório Marín Preciado, seus muitos sócios, seus amigos e seus colaboradores. E outros tucanos de altos poleiros. Em muitos casos, são transações envolvendo empresas brasileiras e empresas *offshore* no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas, escoradas no anonimato.³⁷

O papel da imprensa na privatização e a questão dos trabalhadores

O tratamento dado pela imprensa para a privatização da Telebras foi tendencioso e parcial. Ao analisar quatro revistas semanais (*Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital* e *Época*), a dissertação que deu origem a este artigo observou que, sem exceção, os periódicos manipularam as informações apresentadas ao público leitor ao sabor de suas políticas editoriais. Foram selecionadas todas as notícias sobre o processo de privatização da estatal de telefonia publicadas entre 1995 e 1998, respectivamente o primeiro ano do governo de FHC e o ano em que a Telebras fora finalmente vendida para o capital privado.

O trabalho adotou como critérios, para analisar a manipulação empreendida, os padrões apresentados por Perseu Abramo: **Ocultação**, quando a notícia não apresenta todas as informações importantes para a formação da opinião do leitor, com silenciamento sobre fatos e versões fundamentais para o entendimento da notícia; **Fragmentação**, ou seja, a quebra do todo em pequenas realidades descontextualizadas; **Inversão**, que é a destruição da realidade original por meio da troca de lugares de importância dos fatos noticiados; e **Indução**, levar os leitores a acreditar em uma realidade distorcida de forma a impedir que a população possa ver a realidade geral e complexa³⁸. Os padrões elaborados por Abramo foram resultado de sua observação da atuação da imprensa da década de 1990.

Ao analisar as notícias publicadas pelas revistas selecionadas, todos os padrões foram observados. Em todos os casos, os discursos apresentavam apenas uma visão dos fatos, os prós ou os contras. No geral, as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* apresentaram aos seus leitores uma visão otimista e, por vezes, exagerada dos benefícios que a venda da estatal traria aos brasileiros. Eram apontados vários gargalos do sistema, como a demora para completar ligações e a dificuldade para se conseguir um aparelho fixo e/ou móvel. A atuação

da Telebras era citada como um desrespeito com a população. Contudo, as reportagens que adotaram essa estratégia de desconstrução do Estado e exaltação da capacidade modernizadora do capital privado estrangeiro não deram espaço para o debate com as visões opostas ao processo de desestatização.

Um dos exemplos da estratégia de desconstrução adotada pela revista *Veja* apresenta uma piada que compara a demora em adquirir um telefone pelo Sistema Telebras com o antigo regime soviético:

Uma das melhores piadas sobre o antigo regime soviético conta a história de um habitante de Moscou que, em 1975, foi até a loja comprar uma geladeira. Na hora de pagar, foi informado de que o eletrodoméstico seria entregue em 1981. Ao anotar a data anunciada num caderninho, pergunta:

– De manhã ou de tarde?

– Que diferença faz? – quis saber o funcionário da loja. – É que eu comprei um fogão no ano passado, eles marcaram a entrega para o mesmo dia e quero organizar a minha agenda.³⁹

Diferente das três concorrentes, a revista *Carta Capital* questionou o processo. Embora tenha apresentado os argumentos da oposição ao processo de privatização, esta se limitou também a apenas um ângulo de abordagem. Outra característica da revista, que até 2001 se dedicava exclusivamente a assuntos econômicos, foi a linguagem utilizada em suas notícias. Por focar num público leitor especializado, a *Carta Capital* adotou jargões e economês que eram um empecilho para o entendimento claro e direto dos argumentos contra a desestatização. Esta característica, contudo, não foi exclusiva desta publicação.

A *IstoÉ*, por publicar as notícias sobre a privatização na sua seção de Economia, também apresentava textos mais complexos para o leitor comum. A comunicação era estabelecida apenas entre iniciados nas duas revistas. Já nas notícias da *Veja*, a linguagem mais complexa competia com outra mais causal. Houve uma dualidade em seu discurso que, ao mesmo tempo, atraía a atenção da população leiga por meio de piadas e reforçando a ineficiência do sistema e também apresentava informações mais técnicas para especialistas leitores da revista. Das quatro revistas, a *Época*, por ser a mais jovem (criada em 25 de maio de 1998), foi a que mais equilibrou a linguagem de seu discurso para apresentar informações mais claras aos seus leitores.

Quando focamos nas questões pertinentes aos trabalhadores do setor de telefonia, o padrão de manipulação das informações que se destaca é o da Ocultação. Foram encontradas, ao todo, 25 notícias sobre a privatização da Telebras entre janeiro de 1995 e agosto de 1998, sendo oito na revista *Veja*, cinco na *IstoÉ*, sete na *Carta Capital* e quatro na *Época*. Destas, apenas uma

citou a questão dos trabalhadores do setor e a ameaça do desemprego com a transferência da Telebras do Estado para o capital privado. A revista *IstoÉ*, na edição 1.505, de 5 de agosto de 1998, menciona o assunto.

Publicada dias após o leilão da Telebras, que ocorreu em 29 de julho de 1998, a preocupação com as demissões nesta notícia ganha destaque logo na linha-fina, o subtítulo da reportagem: “Demissões de funcionários são descartadas pelos empresários, mas podem chegar a 20%”⁴⁰. Embora o assunto seja objeto de atenção nas primeiras informações apresentadas ao leitor, a possibilidade de haver demissões só é apresentada em um parágrafo. O tema, que seria um resultado negativo da venda, cede espaço para a exaltação do processo e de seus benefícios. Logo no primeiro parágrafo, o discurso já traz elementos opinativos que mostram a posição favorável da revista em relação à desestatização:

Às vésperas das comemorações dos 500 anos do descobrimento por Portugal, o Brasil foi palco na quarta-feira 29 de uma nova invasão ibérica. Só que no melhor estilo neoliberal dos anos 90. No lugar da hostilidade com os nativos, portugueses e espanhóis usaram a força do dinheiro para se consagrarem como os grandes vitoriosos do megaleilão de privatização da Telebras. Consórcios que incluem três grupos espanhóis – a Telefonica de Espanha, Iberdrola e Banco Bilbao Vizcaya – e os portugueses da Portugal Telecom vão desembolsar nada menos que R\$ 11,159 bilhões, mais da metade dos R\$ 22,057 bilhões que serão arrecadados depois do pregão da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro⁴¹.

A questão da “invasão ibérica [...] no melhor estilo neoliberal dos anos 90” não é tratada de forma crítica pelo texto. A venda do sistema Telebras para gigantes do setor de telefonia mundial, como eram as empresas mencionadas no trecho destacado, poderia ser alvo de questionamentos sobre os problemas que o processo poderia gerar ao balanço de pagamentos brasileiro, por exemplo. A remessa de lucros conquistados no mercado brasileiro para a Espanha e para Portugal poderia ser apontada como um aspecto negativo, pois não seria (re)investida no Brasil e poderia gerar desarranjos no Balanço de Pagamentos. Este tipo de problematização só aparece no texto para tratar na questão dos trabalhadores do setor:

Algumas consequências do rearranjo das telecomunicações no Brasil ainda são uma incógnita. A demissão de funcionários nas operadoras, por exemplo, é considerada certa pelo analista de investimentos do Banco Fator, Sérgio Missima. “As operadoras de celulares não devem sofrer muito, mas as de telefonia fixa estão muito inchadas”, declara Missima, que aposta em um corte de cerca de 20% no número de funcionários da Telesp, Tele Centro-Sul e Tele

Norte-Leste. “Deverão ser demitidos os empregados de médio e baixo escalão, mas não o pessoal técnico, que conhece a tecnologia”. Somente a Tele Norte-Leste possui 37,1 mil funcionários, espalhados em 16 estados. Representantes do consórcio negam qualquer possibilidade de demissão, assim como o presidente da Portugal Telecom no Brasil, José Roque de Pinho. “Queremos evitar conflitos trabalhistas desnecessários”, afirmou Pinho. Os sindicatos dos telefônicos, no entanto, se preparam para reagir frente ao corte de pessoal. ⁴²

Ao entrevistar um analista que previa demissões; um membro do consórcio que assegura que não haveria desligamentos; e o sindicato que diz se preparar para uma reação, a revista fornece ao leitor informações mínimas para que este forme sua opinião. Essas informações, contudo, estão inseridas num contexto ao qual a lógica neoliberal faz parte. A notícia, em seus primeiros parágrafos, destacou que a “invasão ibérica” se dera “no melhor estilo neoliberal” – referindo-se aos compradores das empresas estatais que em sua maioria eram espanhóis e portugueses –, as informações sobre a quantidade de funcionários na Tele Norte-Leste e a declaração do analista sobre o fato de as estatais estarem “inchadas” correspondem com a visão de um Estado gigante e pesado como apontam os críticos favoráveis à privatização.

Vale ressaltar também que as informações sobre a questão do emprego são insuficientes para se formar uma opinião completa a respeito do assunto. Apontar apenas a quantidade de funcionários na estatal e a porcentagem da redução nas folhas de pagamento desconsidera questões importantes sobre o perfil dos trabalhadores. Essa retórica também omite uma problematização mais profunda sobre os efeitos que as empresas privadas e multinacionais trariam para as economias locais. Demissão de 20%, em especial de trabalhadores de “médio e baixo escalão”, embora representem um percentual pequeno na massa total de trabalhadores brasileiros, poderia até ser um empecilho para os negócios das empresas que contariam com uma massa de consumidores menor para seus produtos e serviços.

Embora o assunto das demissões seja tratado em um parágrafo, ele é “deixado de lado” pela notícia que, logo na sequência diz que “O fato é que portugueses e espanhóis deram o maior olé no pregão ao enfrentar a concorrência nacional e internacional”. O desvio do assunto sobre o emprego no setor é feito para retomar o foco da notícia que são as empresas que disputaram o leilão. A partir deste ponto, o texto mostra os bastidores da venda, que ocorrera na Bolsa de Valores, e aponta os ganhadores das maiores fatias da Telebras (os portugueses e espanhóis, como já dito), os “derrotados” (Globopar e o Bradesco), os “desentendimentos” (entre o grupo gaúcho RBS e a Telefonica de Espanha) e as empresas que se ausentaram do leilão (a British Telecom e a AT&T).

Considerações finais

O Jornalismo Econômico, a partir da década de 1990 e com as novas Tecnologias da Comunicação e da Informação que surgem a cada dia, prioriza cada vez mais o mercado financeiro em detrimento de assuntos pertinentes ao cidadão comum. A análise da história desta vertente do jornalismo mostra que sua ligação com o desenvolvimento capitalista é ainda mais próxima do que em relação ao desenvolvimento da imprensa em geral, como propusera Sodré. Atuando não apenas como um veículo de divulgação de preços, mas, acima disso, como um porta-voz do capital, o Jornalismo Econômico propaga os ideais de uma elite que detém o controle deste meio de comunicação e, nem sempre, esta elite é representada pelos proprietários dos veículos, mas sim por seus financiadores.

A linguagem que exclui grande parte dos leitores para restringir o público-alvo das notícias econômicas apenas aos “iniciados” se mostra um mecanismo de invalidação dos trabalhadores enquanto sujeitos no processo. O discurso competente que elege vozes consonantes às das empresas proprietárias de jornais, revistas, sites, telejornais e programas de rádios, garante a não inclusão de cidadãos nos assuntos que atingem diretamente suas vidas econômicas. A estes são direcionadas mensagens rasas sobre o aumento do valor do tomate naquela semana, e não sobre as causas e as consequências da adoção de uma política econômica restritiva ou expansiva. Enquanto a classe capitalista tem meios financeiros para driblar as variações dos preços, a população mal conhece as alternativas para poupar ou investir a parcela do salário que quase nunca sobra.

O exemplo apresentado neste artigo, do tratamento das possíveis demissões dos trabalhadores do Sistema Telebras após a privatização da estatal, não é datado. Das 25 notícias selecionadas para um estudo específico sobre a cobertura da imprensa a respeito do processo de desestatização, apenas uma apresentou o que poderia ser a consequência de um rearranjo no sistema que fora divulgado pela imprensa de forma positiva e favorável à modernização da telefonia brasileira. Assim como este exemplo da década de 1990, o trabalhador tende a desaparecer do noticiário econômico. O desemprego e as demissões em massa só têm um valor noticioso quando estão relacionadas à política, em especial quando o assunto pode diminuir a credibilidade da política econômica adotada pelo chefe do Executivo do momento – e apenas se ele não tiver a imprensa ao seu lado para governar.

A economia, como ciência e como prática, é composta por diferentes visões de mundo. O ideário neoliberal é apenas uma delas. No entanto, foi

imposto como único e verdadeiro ao longo da década de 1990. O jornalismo, por sua vez, se pauta (ou deveria) pela pluralidade de vozes para apresentar notícias imparciais e fornecer ao leitor a maior quantidade de visões possíveis para que ele possa formar sua própria opinião crítica sobre o mundo que o rodeia. Portanto, o jornalismo econômico, como um veículo de divulgação desta ciência, deveria não apenas se preocupar em divulgá-la de forma clara e didática, mas também abrangente, de forma a mostrar algo além de uma realidade fragmentada que privilegia apenas a visão dominante do sistema e condizente com interesses de poder.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo traçar um histórico do Jornalismo Econômico no Brasil, do século XIX ao XX, seguindo a tese de Sodré (2011) de que a história da imprensa está diretamente relacionada à história do desenvolvimento da sociedade capitalista. Também é debatida a linguagem técnica do Jornalismo Econômico, conhecido como *economês*, como uma estratégia de exclusão de leitores leigos. Por fim, é apresentada a forma como a imprensa brasileira tratou a questão dos trabalhadores do Sistema Telebras na cobertura de seu processo de privatização, concluído em 1998. Conclui-se que o Jornalismo Econômico tem priorizado notícias ligadas ao mercado financeiro em detrimento de assuntos ligados diretamente com a classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo Econômico; *economês*; privatização; discurso competente.

Economic Journalism: history, language and power

ABSTRACT

This article aims to outline the Economic Journalism's history in Brazil from ninetieth to twentieth century, following Sodre's thesis (2011), that the history of the press is directly related to the history of the development of capitalist society. The technical language of Economic Journalism is also discussed, called *Economese*, an exclusionary strategy of lay readers. Finally, the way the Brazilian press treated the issue of the Telebras System workers during its privatization process is presented. It was concluded that the Economic Journalism has prioritized news from the financial market to the detriment of issues linked directly with the working class.

KEYWORDS

Economic Journalism; Economese; Privatization; Competent Discourse.

1. Mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2015, jornalista pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (Isca Faculdades) e economista pela Unicamp (2015). Este artigo divulga parte da dissertação defendida em 2015 na Unicamp sob orientação da Professora Doutora Graça Caldas, intitulada Mídia e economia: limites, fatos e versões. O processo de privatização no governo FHC (1995-2002), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). alex.cotin@gmail.com.
2. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio Grande do Sul: EDI-PUCRS – PUC-RS, 2011, p. 13
3. MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Orgs.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
4. Ibidem, p. 197.
5. PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
6. Ibidem, p. 44.
7. Ibidem.
8. Ibidem, p. 68.
9. CALDAS, Suely. *Jornalismo econômico*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 12.
10. PILAGALLO, Oscar. *Op. Cit.*, p. 190.
11. Ibidem, p. 79.
12. BASILE, Sidnei. *Op. Cit.*, p. 75.
13. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo econômico*. 3 ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2007, p. 16.
14. Ibidem, p.16.
15. QUINTÃO, Aylê-Salassiê Figueiras. *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1987, p. 101.
16. Ibidem, p. 102.
17. GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 5. ed. São Paulo: Editora MWF Martins Fontes, 2009, p. 21.
18. CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 24-5.
19. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, p. 52.
20. Ibidem, p. 45.
21. CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *A manipulação do público: política e*

- poder econômico no uso da mídia. Tradução de Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2003, p. 11.
22. CHAUI, Marilena. *Op. Cit.*, p. 15.
23. CHARRADEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
24. KUCINSKI, Bernardo. *Op. Cit.*, p. 14.
25. MAZZUCHELLI, F. *Os dias de sol: a formação da idade de ouro do capitalismo*. Campinas: Facamp Editora, 2011. 2012.; EICHENGREEN, B. (1996). *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
26. CARNEIRO, Ricardo de M. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP/IE-UNICAMP, 2002, p. 140.
27. BIRD. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991: o desafio do desenvolvimento*. RJ: FGV; Banco Mundial, 1991. Visão geral, p. iii
28. Ibidem.
29. Ibidem, p. 10.
30. Ibidem, p. 11.
31. Ibidem.
32. GREMAUD, A. P. *et all. Economia brasileira contemporânea*. 7. ed. – 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010, p. 580.
33. FILGUEIRAS, L. *A História do Plano Real*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010. p. 113.
34. Ibidem.
35. BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
36. Ibidem.
37. RIBEIRO JR., Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011, p. 30.
38. ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
39. PATURY, Felipe; SORIMA NETO, João. *13500000000: este é o preço da Telebras. Agora a tarefa de revolucionar a telefonia está com o setor privado*. *Veja*, ed. 1557, p. 102-109, 29 jul. 1998.
40. MELO, Liana; DELMAS, Maria Fernanda. *Eles voltaram, pá: Portugueses e espanhóis compram mais da metade da Telebras. Demissões de funcionários são descartadas pelos empresários, mas podem chegar a 20%*. *IstoÉ*, ed. 1505, p. 134-137, 5 ago. 1998.
41. Ibidem.
42. Ibidem.